

ACORDO DE COOPERAÇÃO
CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES PARA EXTENSÕES DE HORÁRIO E
INTERRUPÇÕES LETIVAS SEM ALMOÇO

Entre as partes a seguir identificadas:

PRIMEIRO OUTORGANTE: Instituto da Segurança Social, IP / Centro Distrital do Porto, pessoa coletiva n.º 505305500, sito na Rua António Patrício, n.º 262, 4199-001 Porto, representado pelo seu Diretor, Sr. Dr. Nuno Miguel Borges Pinheiro Cardoso, adiante designado por Centro Distrital.-

SEGUNDO OUTORGANTE: Jardim Infantil e Salas de Estudo do Bairro Pio XII, Fundação de Solidariedade Social, pessoa colectiva n.º 501415793, com sede na Rua D. Sebastião de Resende, n.º 95, 4350-262 - Porto, devidamente registado na Direção-Geral de Segurança Social, sob a inscrição n.º 19/83, representado pela sua Vice-Presidente da Direção, Sra. D. Maria Goreti Gonçalves Teixeira, adiante também designado por Instituição. -----

Em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, e de harmonia com a legislação e instrumentos de cooperação em vigor, é celebrado, livremente e de boa fé, o presente acordo de cooperação, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula I

(Objeto)

Constitui objeto do presente acordo a definição dos termos e condições em que:-----

1. A Instituição desenvolve as atividades de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) para Extensões de Horário e Interrupções Letivas, sem almoço, localizado na Rua D. Sebastião de Resende, n.º 95, 4350-262 Porto, freguesia de Campanhã, concelho do Porto, distrito do Porto. -----
2. O Centro Distrital presta o apoio técnico e financeiro à Instituição pelo desenvolvimento das referidas atividades.-----

Cláusula II

(Finalidade)

1. O CATL para extensões de horário e interrupções letivas enquadra-se nos fins estatutários da Instituição.-----
2. O CATL presta serviços e desenvolve atividades visando especialmente:-----
 - a. Proporcionar às crianças experiências que concorram para o seu crescimento como pessoa, satisfazendo as suas necessidades de ordem física, intelectual, afetiva e social;----
 - b. Criar um ambiente propício ao desenvolvimento da personalidade de cada criança, por forma a ser capaz de se situar e expressar um clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um;-----
 - c. Favorecer a inter-relação família-escola/comunidade-estabelecimento, em ordem a uma valorização, aproveitamento e recuperação de todos os recursos do meio.-----

Cláusula III

(Âmbito Geográfico)

O âmbito geográfico da resposta social identificada na cláusula anterior é o concelho do Porto.-----

Cláusula IV

(Destinatários)

1. No âmbito do presente acordo de cooperação, a Instituição presta serviços e desenvolve atividades dirigidas a crianças e jovens a partir dos seis anos, de harmonia com a legislação e orientações técnicas / normativos em vigor.-----
2. Para efeitos do presente acordo, entende-se por orientações técnicas ou normativos, os consensualizados em sede de Comissão Nacional de Cooperação (CNC).-----

Cláusula V

(Capacidade)

A capacidade do equipamento/serviço é de 60 utentes. -----

Cláusula VI

(Obrigações Gerais dos Parceiros)

As entidades subscritoras do presente acordo obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente acordo de cooperação se reporta, devendo designadamente:-----

- a. Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;-----
- b. Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento da intervenção;--
- c. Providenciar pelo acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;-----
- d. Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.-----

Cláusula VII (Obrigações da Instituição)

1. A Instituição obriga-se a:-----
- a. Garantir o funcionamento do serviço e equipamento social, de harmonia com a legislação em vigor e com as normas complementares inscritas no respetivo acordo, designadamente relativas aos rácios mínimos do pessoal necessário para o desenvolvimento das atividades inerentes à resposta social, e organização do processo individual do utente;-----
 - b. Cumprir as cláusulas estipuladas no acordo;-----
 - c. Assegurar as condições de bem-estar dos utentes no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua participação nas atividades da vida diária;-----
 - d. Proceder à admissão de utentes com base nos critérios definidos nos respetivos estatutos e regulamento;-----
 - e. Privilegiar as pessoas e os grupos, social e economicamente mais desfavorecidos;-----
 - f. Aplicar as normas de comparticipação familiar, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 19.º da Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho;-----
 - g. Dispor de um regulamento interno de funcionamento para cada resposta social e remete-lo aos serviços competentes da segurança social, bem como as respetivas alterações;-----
 - h. Enviar aos serviços da Segurança Social a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro do prazo definido, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;-----
 - i. Proceder ao envio obrigatório das respetivas contas anuais, para aferição da sua legalidade;-----
 - j. Comunicar aos serviços da Segurança Social a frequência da resposta social;
 - k. Observar as disposições constantes de instrumentos regulamentares aprovados pelo membro do Governo responsável pela área da Segurança Social e consensualizados com as entidades representativas das instituições, designadamente afixação em lugar visível e

de fácil acesso, toda a informação e documentação exigível pela legislação/normativos em vigor;-----

- l. Facultar, quando para tal for solicitado pelo Centro Distrital, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação sócio-económica dos utentes e famílias;-----
- m. Manter o registo atualizado com certificado de registo criminal que assegure a idoneidade dos colaboradores cujo exercício de funções envolva contacto regular com menores, em conformidade com a Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro. Deverá ser anualmente enviada ao Centro Distrital declaração comprovativa do registo efectuado.-----

Cláusula VIII

(Obrigações do Centro Distrital)

- O Centro Distrital obriga-se a:-----
- a. Colaborar com a Instituição garantindo o acompanhamento e o apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam avaliar o estabelecido no acordo e caso se justifique, propor as alterações necessárias;-----
 - b. Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida;-----
 - c. Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitado pela Instituição;-----
 - d. Cumprir as cláusulas estipuladas no acordo;-----
 - e. Efetuar a avaliação do funcionamento da resposta social e elaborar o respetivo relatório;---
 - f. Assegurar o cumprimento da legislação em vigor para a resposta social objeto do acordo.--

Cláusula IX

(Regulamento Interno)

- 1. O regulamento interno, da competência da Instituição, deverá conter regras indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente as respeitantes a:-----
 - a. Condições de admissão dos utentes e respetivos critérios de prioridade;-----
 - b. Os princípios e regras atinentes à fixação e pagamento das comparticipações familiares, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 19.º da Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho;---
 - c. A organização de processos individuais dos utentes, dos quais deverá constar, para além da identificação pessoal, elementos sobre a situação social e financeira, bem como outros elementos que a Instituição considere relevantes;-----
 - d. Serviços prestados, atividades a desenvolver e respetivas condições de acesso como contrapartida do pagamento das comparticipações familiares; -----

- e. Condição de utilização e saída, por parte do utente, do estabelecimento ou serviços a que se reporta o presente acordo;-----
 - f. Direitos e deveres dos utentes e da Instituição.-----
 - g. Horários;-----
 - h. Períodos de encerramento;-----
2. O regulamento interno e as respetivas alterações devem ser facultadas ao Centro Distrital e entregues ao utente no ato da celebração do contrato de prestação de serviços e antes da respetiva admissão.-----

Cláusula X **(Recursos Humanos)**

Os recursos humanos a envolver na prestação de serviços e no desenvolvimento das atividades deverão respeitar o estipulado na legislação e orientações técnicas em vigor para a resposta social.-----

Cláusula XI **(Anexo ao Acordo)**

A identificação da resposta social, a capacidade estabelecida no acordo, o número de utentes abrangidos, os recursos humanos envolvidos nos termos dos respetivos normativos aplicáveis, o horário de funcionamento da resposta social, o valor da comparticipação financeira da Segurança Social por utente/mês e informação relativa às comparticipações familiares constam do anexo ao presente acordo, que deste faz parte integrante. -----

Cláusula XII **(Incumprimento)**

O não cumprimento das cláusulas constantes dos acordos de cooperação pode dar lugar a advertência escrita; suspensão e resolução do presente acordo de cooperação.-----

Cláusula XIII **(Suspensão)**

1. Em situação de incumprimento das obrigações atrás elencadas e de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis, que justifiquem a suspensão do presente acordo, o Centro Distrital procederá à suspensão do mesmo e do consequente pagamento das comparticipações financeiras adstritas, por um prazo máximo de 180 dias, desde que seja

previsível a sua regularização no prazo referido e sempre que o interesse social na concessão das prestações assim o aconselhar.-----

2. Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.-----
3. Findo o prazo previsto no número anterior e não havendo alteração da circunstância que conduziu à suspensão, há lugar à resolução imediata do acordo.-----

Cláusula XIV

(Resolução)

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes do acordo, o ISS, I. P. pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita à Instituição com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes circunstâncias:-----

- a. A continuidade da prestação do serviço aos respetivos utentes;-----
- b. A observância o disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.-----

Cláusula XV

(Cessação)

O acordo de cooperação pode cessar por:-----

- a. Mútuo acordo, desde que não resulte prejuízo para os utentes, ou seja estabelecida uma alternativa adequada formalizada por escrito;-----
- b. Caducidade, designadamente quando se verifique a extinção do serviço ou equipamento;--
- c. Denúncia por uma das partes, desde que seja observada a antecedência mínima de 90 dias, nos termos do n.º 4 do art.º 15.º da Portaria n.º 196-A/2015, de 15 de julho.-----

Cláusula XVI

(Revogação)

O presente acordo revoga o anteriormente celebrado em 17/04/2014.-----

Cláusula XVII

(Legislação aplicável)

Nos casos omissos aplica-se a legislação e os instrumentos sobre a matéria de cooperação em vigor.-----

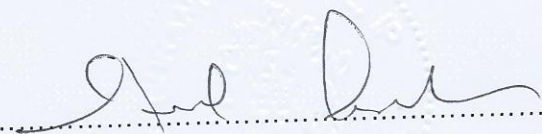
Cláusula XVIII

(Vigência)


O presente acordo entra em vigor em 01/09/2016, tendo a duração de 3 anos, considerando-se renovado por igual período de tempo, após avaliação positiva com elaboração de relatório/informação, realizada pelo ISS, IP 6 meses antes do fim do seu prazo, e se não for denunciado por qualquer dos outorgantes, nos termos da Cláusula XV.-----

Porto, 30/11/ 2016

Pelo Instituto da Segurança Social, IP, o Centro Distrital do Porto,



Pelo Jardim Infantil e Salas de Estudo do Bairro Pio XII,



**JARDIM INFANTIL E SALAS DE
ESTUDO DO BAIRRO PIO XII**

(Instituição Particular de Solidariedade Social)

Bairro Pio XII - Bloco B - Cave

4350-261 PORTO Telef. 225490515

Cont. n° 501415793

ANEXO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO EM 30/11/2016

entre

O Instituto da Segurança Social, IP / Centro Distrital do Porto e o Jardim Infantil e Salas de Estudo do Bairro Pio XII, para Centro de Atividades de Tempos Livres para Extensões de Horário e Interrupções Letivas, sem almoço

Cláusula I

(Resposta Social ou Serviços)

As atividades desenvolvidas pela Instituição respeitantes ao presente acordo integram a resposta social de CATL para Extensões de Horário e Interrupções Letivas sem almoço.-----

Cláusula II

(Capacidade e Número de Utentes Abrangidos)

1. A capacidade do estabelecimento é de 60 utentes.-----
2. O número de utentes abrangidos pelo presente acordo é de 48.-----

Cláusula III

(Recursos Humanos)

1. Os recursos humanos afetos à resposta social, para o número de utentes abrangidos pelo acordo de cooperação, são os seguintes:-----

N.º DE UNIDADES	CATEGORIA PROFISSIONAL	PERCENTAGEM DE AFETAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Diretor Técnico	a)	
2	Técnico	b)	
2	Ajudante de Ação Educativa	100%	

- a) Comum à resposta social de Educação Pré-Escolar;
- b) Nas interrupções letivas.

2. Os recursos humanos afetos à resposta social, para a capacidade máxima de 60 utentes, são os seguintes:-----

N.º DE UNIDADES	CATEGORIA PROFISSIONAL	PERCENTAGEM DE AFETAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Diretor Técnico	a)	
3	Técnico	b)	
3	Ajudante de Ação Educativa	100%	

- a) Comum à resposta social de Educação Pré-Escolar;
- b) Nas interrupções letivas.

3. O serviço de limpeza é prestado por empresa externa, com contrato de prestação de serviços com a instituição.-----

4. O quadro de pessoal deve respeitar os seguintes referenciais, constantes do Guião Técnico de Centro de Atividades de Tempos Livres, 1998 DGAS:-----

O CATL para extensões de horário e interrupções letivas com e sem almoço deve dispor de: --

a) 1 Diretor técnico (com formação superior de animador/ educador de infância/ professor de ensino básico/ assistente social/ psicólogos);-----

b) 1 Técnico (com formação superior de animador/ educador de infância/ professor de ensino básico/ assistente social/ psicólogo) por cada grupo de 20 crianças;-----

c) 1 Auxiliar de ação educativa por cada grupo de 20 crianças;-----

No caso de fornecerem refeições deverá, também, dispor de 1 auxiliar de serviços gerais; 1 cozinheiro e 1 ajudante de cozinheiro.-----

Cláusula IV

(Horário de Funcionamento)

A resposta social funciona de acordo com o seguinte horário:-----

- nas interrupções letivas, dias úteis, das 7.30h às 19.30h;-----

- no período letivo, dias úteis, das 7.30h às 9.00h e das 16.30h às 19.30h.-----

Cláusula V

(Comparticipação Financeira da Segurança Social)

1. A participação financeira do Centro Distrital para o ano de 2016 é de 43,44 € /utente /mês.-----

2. A participação financeira a que se refere o número anterior, a satisfazer no ano económico em curso, encontra-se inscrita na rubrica de classificação económica D.04.07.03.01.99, com o número de cabimento 1411603288 e 1511617616.-----

3. Este valor será atualizado de forma automática, em função do disposto na Protocolo que anualmente procede à atualização da participação financeira da Segurança Social, no âmbito da aplicação do regime jurídico da cooperação previsto no n.º 2 do art.º 16.º da Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho.-----


Cláusula VI

(Comparticipação familiar)

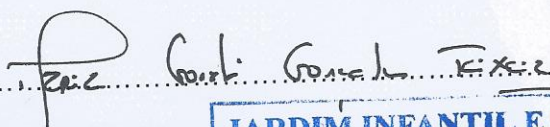
As participações familiares são determinadas de forma proporcional ao rendimento do agregado familiar dos utentes, em conformidade com o disposto no Anexo à Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho.-----

Porto, 30/11/2016

Pelo Instituto da Segurança Social, IP, o Centro Distrital do Porto,



Pelo Jardim Infantil e Salas de Estudo do Bairro Pio XII,



**JARDIM INFANTIL E SALAS DE
ESTUDO DO BAIRRO PIO XII**
(Instituição Particular de Solidariedade Social)
Bairro Pio XII - Bloco B - Cave
4350-261 PORTO Telef. 225490515
Cont. n.º 501415793